Capítulo 13 - Gênero e ciência

análise de uma possível ciência feminista

Andréia Moreira da Silva
Karla Rampim Xavier
Ana Maria Dietrich

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A.M., XAVIER, K.R., and DIETRICH, A.M. Gênero e ciência: análise de uma possível ciência feminista. In: MOURA, B. A., and FORATO, T. C. M., comps. *Histórias das ciências, epistemologia, gênero e arte: ensaios para a formação de professores* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 255-268. ISBN 978-85-68576-84-7. <https://doi.org/10.7476/9788568576847.0014>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

GÊNERO E CIÊNCIA: ANÁLISE DE UMA POSSÍVEL CIÊNCIA FEMINISTA

Andréia Moreira da Silva
Karla Rampim Xavier
Ana Maria Dietrich

Introdução

O estudo de gênero é um fenômeno que pode significar uma revolução científica, ou, até mesmo, revolucionar o modo de fazer ciência, pois pode alterar concepções, padrões sociais, religiosos e políticos, ligados a determinismos científicos pautados no sexismo biológico. O saber científico validou discursos que colocaram socialmente a mulher como inferior, intelectual e fisicamente, frente ao homem detentor, produtor e disseminador de saberes, incluindo sobre o próprio corpo e a sexualidade da mulher.

O feminismo traz novas perspectivas a esse fazer científico, colocando em foco tais discursos e os desconstruindo, mostrando ser possível outro tipo de ciência que valoriza as diferenças nas concepções de mundo, promovendo uma ressignificação no papel da mulher na história da ciência. Nesse texto, pretende-se, principalmente do ponto de vista da psicanálise,

analisar se podemos dizer que existe hoje, de fato, uma ciência feminista, e quais são suas especificidades.

História e psicanálise

Sigmund Freud (1856-1939) é mundialmente conhecido por ser o criador da psicanálise. Sua descoberta sobre o inconsciente mudou a forma de pensarmos o sujeito humano e sua relação com o campo social. A teoria de Freud pode reiterar certos estereótipos de gêneros se for lida fora do período e do contexto em que foi escrita, todavia, simultaneamente, Freud se mostra à frente do seu tempo, como podemos notar com a seguinte afirmação de 1925: “[...] todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções de conteúdo incerto” (FREUD, 1925/2010, p. 286).

Sigmund Freud não era um cientista que pensava o feminismo, mas investigava sobre a sexualidade e as diferenças subjetivas entre homens e mulheres. Seu encontro com os médicos Jean Martin Charcot (1825-1893) e Josef Breuer (1842-1925) foi fundamental para a invenção de um novo método de trabalho, chamado de associação livre, que é a regra de ouro para o tratamento analítico. O Doutor Freud pedia para seus pacientes falarem espontaneamente o que pensavam, e, desse modo, deu voz a essas pessoas, sendo a maioria mulheres. Tal fato, decorrente em pleno século XIX, abriu novas possibilidades para pensar sobre o desejo feminino, a construção subjetiva na cultura e o lugar das mulheres na história.

Ao longo do desenvolvimento da psicanálise, a teoria sobre sexualidade foi avançando e com ela o conceito de gênero, mas é com o psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981) que podemos observar uma mudança significativa a respeito da sexuação e da alteridade feminina para a psicanálise, especialmente nos anos 1970 e com a efervescência das feministas que militavam na França.

Identidade, diferença e alteridade permitem, desde Freud, ver os becos sem saídas nos quais, quando se quer definir o que é uma identidade sexual, aparece todo o problema entre sexualidade como pulsão, ou seja, como satisfação, e a identidade em relação a como um sujeito pode se dizer homem ou mulher. (GALLANO, 2011, p. 55)

Desde o início de suas pesquisas e seminários, Lacan evidencia a sua diferença em relação ao pensamento de os outros pós-freudianos sobre a questão da feminilidade. Ele demonstra que há uma determinação linguística que forma os sujeitos humanos desde o seu nascimento, e é esta condição indissociável entre o humano e a linguagem que possibilita o inconsciente, a partir daí forma-se a sexualidade, as identidades e o gênero. Lacan faz mais do que evidenciar ou retomar afirmações e articulações de Freud, na medida em que demonstra que a feminilidade e a masculinidade são posições construídas e estruturadas a partir da combinatória de certos elementos (PACHECO, 2001, p. 63).

Isso significa que, para a psicanálise, existem diferenças entre homens e mulheres que acabam por estruturar o gênero, o modo de pensar e agir socialmente, e consequentemente influenciam o modo de fazer ciência. As mulheres escritoras marcam novos ideais e contribuem no campo das identificações de

gênero, acrescentando outras questões até então desenvolvidas historicamente no campo da ciência.

A imagem da mulher foi modificada com o passar dos anos. Maio de 1968 é um marco histórico para o avanço do feminismo no mundo, apesar de que alguns passos já vinham sendo dados desde o pós-guerra e a Revolução Industrial. No ano de 1968, o feminismo e a discussão de gênero apareceram como um avanço simbólico que fez desencadear diversas outras conquistas.

Podemos lembrar que, em gerações passadas, o uso das “calças compridas” não era possível para as mulheres, assim como eram vetados a estas o direito aos estudos, a frequentar universidades e espaços públicos. Com o avanço da ciência e das conquistas históricas, abriram-se novas possibilidades para as mulheres.

A pílula anticoncepcional, por exemplo, tornou possível dissociar a procriação do prazer sexual, algo libertador na vida das mulheres, ou mesmo a entrada no mundo do trabalho com as mesmas funções dos homens. Entretanto, aqui cabe ressaltar que não há ainda equiparação salarial. De qualquer modo, podemos notar avanços que são frutos da luta feminista, e que esta luta precisa ser contínua até que se equiparem os direitos, respeitando as diferenças.

Quais eram os recursos das mulheres no século XIX? Sabemos que as mulheres já influenciavam na ciência, mas isso se dava de modo velado, e os homens eram quem levavam os títulos e louros das descobertas das mulheres, que se mantinham anônimas.

Isoladas e no anonimato, hoje é sabido que, ao longo dos anos, algumas mulheres usaram pseudônimos masculinos ou parcerias com colegas homens para poderem desempenhar uma vida de pesquisadoras. As biografias das primeiras

mulheres cientistas estão permeadas por esses fatos. As mulheres têm um papel fundamental para o avanço da ciência como podemos observar nas breves biografias abaixo:

Marie Curie (1867-1934) – física e química polonesa – ficou conhecida por suas contribuições sobre radioatividade, ganhou o Prêmio Nobel de Física de 1903 e o Prêmio Nobel de Química de 1911, tornando-se a primeira pessoa a conquistar o Nobel duas vezes e em áreas diferentes; Rita Levi-Montalcini (1909-) – neurologista italiana – recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia/Medicina de 1986 pelos seus estudos sobre o sistema nervoso; Jane Goodall (1934-) – primatologista e etóloga britânica – ficou conhecida em todo o mundo por suas pesquisas sobre chimpanzés; Gertrude Elion (1918-1999) – bioquímica e farmacêutica britânica – recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia/Medicina de 1988 pela criação de novos medicamentos; Marie-Sophie Germain (1776-1831) – matemática, física e filósofa francesa – fez extraordinárias contribuições para a teoria dos números, sendo um dos seus estudos mais importantes a descoberta do que hoje é conhecido como “números primos de Sophie Germain”. Ciente das barreiras construídas pelo machismo e com receio de ser ridicularizada, ela assinava seus feitos e descobertas, usando nome masculino (REDAÇÃO SUPER, 2015, p. 15).

Cabe lembrar que as mulheres se rebelaram, há séculos, na *polis*. Algumas foram queimadas em praças públicas na Idade Média, outras, há décadas, queimaram sutiãs, também em praças públicas. Nesse contexto, o espaço público era considerado dos homens, enquanto para as mulheres estavam reservados os espaços privados.

O feminino atravessou deslocamentos ao longo da história, e muitos avanços se sucederam desde o início do movimento feminista. Notemos que Freud escutava mulheres no início

do século XIX e isso, naquele tempo, foi algo subversivo por ousar fazer apontamentos sobre a sexualidade, o inconsciente e o campo social.

Em diálogo com essa teoria, a psicanálise afirma que o sexo se trata da diferença anatômica; já o gênero se refere às diferenças culturais de um ideal do que é ser homem e o que é ser mulher.

A psicanalista Rithée Cevasco (2010) investiga a questão feminina e a discordância entre os sexos. Em sua investigação, ela chega à conclusão que falar da *discordância entre os sexos* não é o mesmo que falar da diferença, sendo assim optou por usar o termo discordância, por não se tratar das diferenças entre os sexos, mas sim de duas posições culturais: a feminina e a masculina. “Efetivamente o campo que venho trabalhando é que poderia chamar a questão feminina, a questão feminina como sintoma, como um sintoma da cultura” (CEVASCO, 2010, p. 17).

Nesse sentido, é interessante o avanço da psicanalista, colocando o feminino como sintoma; afinal, para a psicanálise, “[...] sintoma é aquilo que existe e afirma seu oposto, o conteúdo recalcado que aparece na forma de sintoma denunciando a própria lógica do recalque, bem como implica uma verdade nas falhas do saber” (XAVIER, 2013, p. 12-13).

De acordo com a afirmação, o feminino é um sintoma da sociedade moderna, já que esta, após a Revolução Francesa, passou a buscar liberdade, igualdade e fraternidade para todos, exceto crianças e mulheres. Desse modo, as reivindicações feministas denunciavam a inconsistência dessa promessa de igualdade para todos.

Esse debate sobre o feminino se torna pertinente principalmente a partir dos anos 1960, quando os movimentos feministas passam a falar cada vez mais sobre a sexualidade e o

feminismo, e este debate se dá por duas vias: da diferença ou da igualdade, de acordo com as linhas teóricas apresentadas até então. Ademais, o movimento LGBTQI propõe um novo ordenamento do campo sexual, um novo caminho não presente nos campos tradicionais, e isso se deu através de lutas políticas reivindicativas.

As representantes da vanguarda do chamado “feminismo da diferença” partiam da base que havia uma radical diferença entre homens e mulheres no inconsciente. Entre 1972 e 1973, Lacan ministrou um seminário no qual recusou tal posição, afirmando que o inconsciente não tem sexo.

Para Cevasco (2010), ao analisar Freud, a mulher sempre se coloca mais ao lado da natureza do que da cultura. As mulheres teriam certo gozo inquietante, porém perigoso. Freud passa a se ocupar do que queriam as mulheres. Passa então a reconhecer os limites do seu próprio pensamento em suas reflexões que afirmavam que o papel da mulher era o de mãe.

Mas de que modo a construção teórica pensada a partir de Freud e Lacan tem relação com gênero e ciência? A lógica masculina é a que cria, em termos epistemológicos, a tríade do que é considerado como universal, como exceção e como estranho. Tal pensamento pode estimular guerras contra o diferente, contra o estranho – como aconteceu no caso dos judeus na Segunda Guerra Mundial. Daí a formulação lacaniana do *não todo* aparece como algo diverso dessa lógica, uma saída “feminina”, já que, por não universalizar, não exclui.

No livro *La discordancia de los sexos*, Cevasco (2010) recorre ao filósofo Alain Badiou, que afirma que o feminino é esse entre dois, nem um nem dois, apostando que no futuro teremos uma sociedade com menos virilidade, que se preocupe menos em dar respostas, em fechar questões, para poder abrir

pensamentos e possibilidades para além da lógica fálica, apontando para outra forma de fazer ciência.

Existe uma ciência feminista?

Pensar uma ciência feminista é raciocinar qual é a verdade sobre a mulher, é ponderar a mulher como sujeito¹ e refletir sobre sua forma de se relacionar com o universo e com os outros de forma dinâmica, fomentando a construção de saberes com algo tão peculiar e que está em constante mudança.

Por via da linguagem, essa possível ciência feminista se estabelece e por essa mesma via os sujeitos internalizam esses saberes, em um processo constante e dinâmico com a sociedade. “O sujeito é sempre um ser de linguagem, isto é, de cultura, inscrito sob as coordenadas de um certo período histórico, de uma certa sociedade, de uma certa disposição simbólica” (KEHL, 2008, p. 254).

No entanto, observando-se a trajetória da produção científica sobre o feminino, durante séculos ela foi constituída como saber transcendental, como verdade incontestável, afastando, durante esse período, as mulheres da produção de conhecimentos sobre seu próprio corpo, sua sexualidade seus direitos civis e do acesso às universidades, e que tornou o questionamento da ciência antropológica uma barreira difícil de transpor.

Com o levante dos movimentos feministas na década de 1960, questionou-se a necessidade de estudos e pesquisas

¹ Em 1900, na *Interpretação dos Sonhos*, Freud desvela as leis do inconsciente fazendo emergir o sujeito do desejo como sujeito determinado pelas leis da linguagem, ou seja, por leis em que as palavras são tratadas como puros sinais sonoros, significantes sem significado, por onde desliza o desejo (QUINET, 2003, p. 16).

voltados para a problemática da mulher e, a partir de então, começaram a ser construídos espaços para que esses estudos conquistassem relevância e alcançassem as universidades.

Inicialmente caracterizado como estudos sobre mulheres, e mais tarde, com a construção do conceito de gênero, também como estudos de gênero e, mais recentemente, como estudos feministas, esse campo emergente vem se institucionalizando no Brasil desde os anos 1970. Vale destacar que, desde o início das lutas feministas no contexto do movimento social, a teoria e a práxis têm estado estritamente veiculadas, uma contribuindo para o avanço da outra. (BRASIL, 2010, p. 55)

Podemos afirmar que existe uma ciência feminista e ela está diretamente integrada às dinâmicas e demandas dos movimentos feministas, da militância e da necessidade das mulheres. A ciência se faz da necessidade de conhecimento para que se possa evoluir, de certa forma toda mulher feminista pode ser uma cientista, produzindo conhecimento com sua causa e sua ação, ao contrário do valor simbólico que a ciência tem no senso comum, de verdade incontestável, ciência também se faz de necessidades cotidianas, de acordo com determinado grupo de uma determinada cultura.

Nossa preocupação é a de produzir novos parâmetros teóricos e metodológicos que não reproduzam as categorias do sistema de dominação patriarcal, escapando dos símbolos determinados e das categorias abstratas e universais que tentam negar as diferenças e padronizar as pessoas. Sabemos que não é possível continuar aceitando que o sexo biológico determine as posições que os indivíduos podem ocupar na hierarquia social [...]. (BRASIL, 2010, p. 62)

A ciência feminista caminha na direção de desconstruir saberes naturalizados sobre a mulher e o universo feminino que até então eram construídos pelos homens.

A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes, aparece nesses discursos em aparente contradição com outra ideia, bastante corrente, de que a natureza feminina precisa ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam naturalmente designadas. (KEHL, 2008, p. 48)

O espaço destinado às mulheres era o privado, a casa, os filhos e a vida doméstica. O casamento e a maternidade eram “naturalmente” os lugares da mulher, não havia possibilidade de escolha. Toda mulher seguiria esse caminho. As mulheres não eram possuidoras nem dos próprios corpos, muito menos dos próprios destinos. As sociedades se valiam de argumentos de que as mulheres não eram qualificáveis para o exercício do sufrágio, nem tinham as faculdades intelectuais necessárias para o exercício de cargos públicos, eram frágeis emocionalmente para suportar as pressões da vida pública, entre outras justificativas. Claramente, por esse motivo, é na desconstrução que sempre trabalhou e continuará trabalhando a ciência feminista.

Dizer que as mulheres não eram possuidoras dos próprios corpos não é exagero. Até 1979, o acesso aos meios de contracepção no Brasil somente era possível por meio de uma indicação médica que atestasse que a gravidez traria risco à saúde da mulher, constituindo ilícito penal sua prescrição. Após esse período, a lei foi revogada, sendo mantida em relação ao aborto, outro aspecto que merece um olhar atento, já que diz respeito à autonomia do corpo da mulher, que é tolhida com base em contextos legais, religiosos e culturais.

Outro aspecto relevante da desigualdade sofrida pelas mulheres é a objetificação dos corpos. Por meio disso, simbolicamente, o corpo feminino é usado pelos diversos meios de comunicação sob a forma de bens de consumo, como em propagandas de cerveja, programas de esportes, dentre outros, destinados ao público masculino, explorando a sexualidade feminina como mercadoria ou atrativo. “O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências” (BOURDIEU, 2003, p. 49).

A ciência feminista tem a finalidade de (re)construir a história das mulheres, a própria feminilidade, tornando-a uma história mais plural, sem desigualdades.

Posso afirmar o seguinte: a construção da história das mulheres depende delas próprias, mesmo que não estejam diretamente vinculadas a isso. O ponto de partida dessa construção pressupõe certa autonomia e acesso à cultura. No fundo, as mulheres tomam sua história nas mãos da mesma maneira como tomam seu destino nas mãos. (PERROT, 1991, p. 513)

Atributos que conhecemos hoje como feminilidade, atribuídas ao gênero² feminino como qualidades, foram sugeridas pelos homens, embasados nos aspectos naturais dos corpos das mulheres, muitas vezes comparados aos das fêmeas de natureza mamífera, como o comportamento dócil, a espera pelo grande amor, o sonho da maternidade, a facilidade com o cuidar, a passividade, a fragilidade dos corpos, a futilidade contida na

² “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2010, p. 25).

vaidade excessiva, entre outras características ditas femininas. Observam-se essas características do ideal feminino escrito pelo filósofo Rousseau, em seu livro *Da Educação*, que, por muitas décadas, foi utilizado como um material científico pedagógico na educação das mulheres: “Sofia, que devia se tornar esposa de Emílio, é o paradigma do ideal feminino com base na dedicação, na doçura, na submissão” (1762 apud KEHL, 2008, p. 58).

Como romper com esse constructo social de criação do gênero feminino?

Para explicar as categorias fundacionais de gêneros, Butler vai buscar respostas em Foucault, uma forma de investigação crítica que ele chamou de genealogia.

A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. (BUTLER, 2010, p. 9)

Não existe, segundo a autora, a necessidade de que a ciência feminista precise dar conta da identidade primária do gênero feminino para dar continuidade à tarefa política³, característica central do movimento. A saída é pela via da negociação para compatibilizar interesses e dar visibilidade política para as mulheres.

Hoje as mulheres conquistaram espaços na política, na universidade, no mercado de trabalho, estão mais independentes, porém as desigualdades persistem. O masculino ainda é o eixo que organiza as sociedades.

³ O termo política aqui se designa àquilo que é público.

Apesar de todo o “progresso” feminino, as desigualdades persistem em todos os domínios, especialmente no que concerne à decisão política e econômica. A hierarquia dos sexos, que rege a organização das sociedades desde a “noite dos tempos”, lembrando aqui expressão da antropóloga Françoise Héritier, não só persiste como não poderá ser abolida rapidamente. É uma transformação de longa duração, um desafio que não se conquista assim, de um momento para o outro, até porque se desdobra em transformações práticas e simbólicas. (PERROT, 1991, p. 514)

Embora tenhamos ultrapassado barreiras disciplinares e paradigmáticas para reafirmar o caráter “das ciências” como construção histórica e produto cultural, existe muito a ser estabelecido para a ciência feminista, sobretudo nos campos políticos e de ensino, espaços públicos de construção do saber.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009, 2010/ Presidência da República*. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2010.

CEVASCO, Rithée. *La discordancia de los sexos – Perspectiva psicoanalíticas para um debate actual*. Barcelona: Ediciones S&P, 2010.

FREUD, Sigmund [1925]. Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica Entre os Sexos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 19.

GALLANO, Camen. *Alteridade Feminina*, Campo Grande, MS: Andréa Carla Deuner Brunetto ed., 2011.

KEHL, Maria Rita, *Deslocamentos do Feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

REDAÇÃO SUPER. Mulheres que se tornaram grandes cientistas. 7 jul. 2015. *Super Interessante*. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/15-mulheres-que-se-tornaram-grandes-cientistas>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PACHECO, Ana Laura Prates. *Feminilidade e experiência psicanalítica*. 1. ed. São Paulo: Hacker, 2001.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, George; _____. (Org.). *História das mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1991. p. 503-540.

QUINET, Antonio. *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma* 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2003.

XAVIER, Karla Rampim. *O sintoma com Marx ou o sintoma social: um conceito psicanalítico*. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.